

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE MIRAI/MG

CADERNO DE QUESTÕES

- Este caderno de questões apresenta 30 perguntas, numeradas sobre conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e Adolescente;
- Confira se o seu caderno de questões contém a quantidade de perguntas e se essas estão na ordem mencionada na instrução anterior;
- Para cada questão existe apenas uma resposta correta, certifique-se de marcar o seu CARTÃO DE RESPOSTAS corretamente, caso seja marcada mais de uma resposta a questão será anulada. Não se esqueça de assinar seu CARTÃO DE RESPOSTA;
- A duração da prova será de 3 horas, não podendo o candidato se retirar da sala na primeira hora. O candidato que for pego conversando, consultando material/ outra pessoa, e/ou desrespeitar os aplicadores da prova terá sua candidatura imediatamente anulada. Os três últimos candidatos a terminarem a prova só poderão sair ao mesmo tempo;

BOA PROVA!!!!

JUNHO/2019

QUESTÕES ESPECÍFICAS
ESTATUTO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE

01 - Um conselheiro tutelar, ao passar por um parquinho, observa Joana corrigindo o filho, Manoel, por ele não permitir que os amigos brinquem com o seu patinete. Para tanto, a genitora grita, puxa o cabelo e dá beliscões no infante, na presença das outras crianças e mães, que assistem a tudo assustadas.

Assinale a opção que indica o procedimento CORRETO do Conselheiro Tutelar.

a) Requisitar a Polícia Militar para conduzir Joana à Delegacia de Polícia e, após a atuação policial, dar o caso por encerrado.

b) Não intervir, já que Joana está exercendo o seu poder de correção, decorrência do atributo do poder familiar.

c) Intervir imediatamente, orientando Joana para que não corrija o filho dessa forma, e analisar se não seria recomendável a aplicação de uma das medidas previstas no ECA.

d) Apenas colher elementos para ingressar em Juízo com uma representação administrativa por descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar.

02- Acerca das atribuições do Conselho Tutelar determinadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Conselho Tutelar, considerando sua natureza não jurisdicional, destaca-se no aconselhamento e na orientação à família ou responsável pela criança ou adolescente, inclusive na hipótese de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio,

orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

b) O Conselho Tutelar, em consequência de sua natureza não jurisdicional, não é competente para encaminhar ao Ministério Público as ocorrências administrativas ou criminais que importem violação aos direitos da criança e do adolescente.

c) O Conselho Tutelar pode assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em decorrência de sua natureza jurisdicional não autônoma.

d) O Conselho Tutelar não poderá promover a execução de suas decisões, razão pela qual só lhe resta encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

03 - Lucas, criança de 06 anos de idade, perambulava pela rua sozinho, sujo e com fome, quando, por volta das 23 horas, foi encontrado por um guarda municipal, que resolve encaminhá-lo diretamente para uma entidade de acolhimento institucional, que fica a 100 metros do local onde ele foi achado. Lucas é imediatamente acolhido pela entidade em questão.

Sobre o procedimento adotado pela entidade de acolhimento institucional, de acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa CORRETA.

a) A entidade pode regularmente acolher crianças e adolescentes, independentemente de determinação da autoridade competente e da expedição de guia de acolhimento.

b) A entidade somente pode acolher crianças e adolescentes encaminhados pela autoridade competente por meio de guia de acolhimento.

c) A entidade pode acolher regularmente crianças e adolescentes sem a expedição da guia de acolhimento apenas quando o encaminhamento for feito pelo Conselho Tutelar.

d) A entidade pode, em caráter excepcional e de urgência, acolher uma criança sem determinação da autoridade competente e guia de acolhimento, desde que faça a comunicação do fato à autoridade judicial em até 24 horas.

04 – Eduarda , aluna do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola que não adota a obrigatoriedade do uso de uniforme, frequenta regularmente culto religioso afro-brasileiro com seus pais.

Após retornar das férias escolares, a aluna passou a ir às aulas com um lenço branco enrolado na cabeça, afirmando que necessitava permanecer coberta por 30 dias. As alunas Fernanda e Patrícia, incomodadas com a situação, procuraram a direção da escola para reclamar da vestimenta da aluna. O diretor da escola entrou em contato com o Conselheiro Tutelar , a fim de obter subsídios para a sua decisão.

A partir do caso narrado, assinale a opção que apresenta a orientação que você, como Conselheiro Tutelar e amparado pelo ECA , daria ao diretor.

a) Proibir o acesso da aluna à escola.

b) Marcar uma reunião com os pais da aluna Eduarda, a fim de compeli-los a descobrir a cabeça da filha.

c) Permitir o acesso regular da aluna.

d) Proibir o acesso das três alunas.

05 - Vanessa e Vitor vivem com o filho Marcelo, criança com 06 anos de idade, na casa dos avós paternos. Em um trágico acidente, Vitor veio a falecer. A viúva, logo após o óbito, decide morar na casa de seus pais com o filho. Após 10 dias, já residindo com os pais, Vanessa, em depressão e fazendo uso de entorpecentes, deixa o filho aos cuidados dos avós maternos, e se submete a tratamento de internação em clínica de reabilitação. Decorridos 20 dias e com alta médica, Vanessa mantém acompanhamento ambulatorial e aluga apartamento para morar sozinha com o filho. Os avós paternos inconformados ingressaram com Ação de Guarda de Marcelo. Afirmaram que sempre prestaram assistência material ao neto, que com eles residia desde o nascimento até o falecimento de Vitor. Citada, Vanessa contestou o pedido, alegando estar recuperada de sua depressão e da dependência química. Ainda, demonstrou possuir atividade laborativa, e que obteve vaga para o filho em escola. Os avós maternos, por sua vez, ingressam com oposição. Aduziram que Marcelo ficou muito bem aos seus cuidados e que possuem excelente plano de saúde, que possibilitará a inclusão do neto como dependente.

Sobre a guarda de Marcelo, à luz da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa CORRETA.

a) Marcelo deve ficar com os avós maternos, com quem por último residiu, em razão dos benefícios da inclusão da criança como dependente do plano de saúde.

b) Marcelo deve ficar na companhia dos avós paternos, pois sempre prestaram assistência material à criança, que com eles residia antes do falecimento de Vitor.

c) Marcelo deve ficar sob a guarda da mãe, já que ela nunca abandonou o filho e sempre cumpriu com os deveres inerentes ao exercício do poder familiar, ainda que com o auxílio dos avós.

d) Em programa de acolhimento familiar, até que esteja cabalmente demonstrado que a genitora não faz mais uso de substâncias entorpecentes.

06 – Juliana , estudante de 17 anos, em comemoração à sua recente aprovação no vestibular de uma renomada universidade, saiu em viagem com Gustavo, seu namorado de 25 anos, funcionário público federal.

Acerca de possíveis intercorrências ao longo da viagem, é CORRETO afirmar que:

a) Juliana, por ser adolescente, independentemente de estar em companhia de Gustavo, maior de idade, não poderá se hospedar no local livremente por eles escolhido, sem portar expressa autorização de seus pais ou responsável.

b) Juliana, em companhia de Gustavo, poderá ingressar em um badalado bar do local, onde é realizado um show de música ao vivo no primeiro piso e há um salão de jogos de bilhar no segundo piso.

c) Juliana, por ser adolescente e estar em companhia de Gustavo, maior de idade, poderá se hospedar no local livremente por eles escolhido, independentemente de portar ou não autorização de seus pais.

d) Juliana poderá se hospedar em hotel, motel, pensão ou estabelecimento

congêneres, assim como poderá ingressar em local que explore jogos de bilhar, se portar expressa autorização dos seus pais ou responsável.

07 – Marcos , adolescente com 14 (quatorze) anos, movido pelo desejo de ajudar seus genitores no sustento do núcleo familiar pobre, pretende iniciar atividade laborativa como ensacador de compras na pequena mercearia Tudo Tem, que funciona 24h, localizada em sua comunidade. Recentemente, esta foi pacificada pelas Forças de Segurança Nacional.

Tendo como substrato a tutela do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

a) Marcos poderá ser contratado como ensacador de compras, mesmo não sendo tal atividade de aprendizagem, pois, como já possui 14 (quatorze) anos, tem discernimento suficiente para firmar o contrato de trabalho e, assim, prestar auxílio material aos seus pais, adotando a louvável atitude de preferir o trabalho às ruas.

b) Como a comunidade onde reside Washington foi pacificada pelas forças de paz, não se trata de local perigoso ou insalubre para o menor;

c) Marcos não poderá trabalhar na mercearia como ensacador de compras, pois tal atividade não é enquadrada como de formação técnico-profissional; portanto, não se pode afirmar que o menor exercerá atividade laborativa na condição de aprendiz.

d) Na condição de aprendiz, não é necessário que o adolescente goze de horário especial compatível com a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

08 - Preencha com V para verdadeiro e F para Falso:

() O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;

() Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.

() Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

() É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social , previdência, trabalho e segurança.

() Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar;

a) V, F, F, V, V

b) V, V, F, V, V

c) F, V, F, V, V

d) F, V, V, V, V

09- É atribuição de o Conselho Tutelar aplicar:

a) Medida Sócio educativa em Meio Aberto;

b) Medidas de Proteção;

c) Medidas de Internação;

d) Medidas Punitivas;

10 - Assinale a alternativa CORRETA a respeito da adoção:

I. É vedada a adoção por procuração.

II. O adotando deve contar com no máximo 16 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

III. A adoção atribui condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de quaisquer vínculos ou impedimentos com os pais e parentes.

IV. A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

a) Somente a proposição III está incorreta.

b) Todas as proposições estão incorretas.

c) Somente a proposição I está correta.

d) Somente as proposições I e II estão corretas.

11 - É proibido ao adolescente aprendiz trabalhar em:

a) local perigoso, insalubre ou penoso.

b) supermercados.

c) escritório de contabilidade.

d) locais que possibilitem a frequência escolar.

12 - Diante do ato infracional do adolescente, a autoridade competente pode aplicar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinadas medidas sócio-educativas.

Desta forma, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela cuja medida proposta é INCORRETA.

- a)** Advertência.
- b)** Liberdade assistida.
- c)** Obrigação de reparar dano.
- d)** Internação em família substituta.

13 - Com fundamento em o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as assertivas seguintes:

I. O direito à liberdade compreende, dentre outros aspectos, participar da vida política, na forma da lei e buscar refúgio.

II. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional obrigatoriamente não se prolongará por mais de 2 (dois) anos.

III. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão, obrigatoriamente, ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

IV. Toda criança terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária, sendo que somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição

quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Assinale:

- a)** se corretas I, II e IV, apenas
- b)** se corretas I e III, apenas
- c)** se corretas II e IV, apenas
- d)** se corretas II, III e IV, apenas.

14 - Para fins da Lei nº 8.069/90, considera-se adolescente a pessoa:

- a)** Entre 12 e 16 anos de idade;
- b)** Entre 10 e 18 anos de idade;
- c)** Entre 12 e 18 anos de idade;
- d)** Entre 16 e 18 anos de idade;

15 - As entidades de atendimento governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e sócio-educativos serão fiscalizadas:

- a)** pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar;
- b)** pelo Judiciário e Ministério Público;
- c)** pela Prefeitura Municipal e Conselho Tutelar;
- d)** pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Judiciário.

16 - Em razão da alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei nº 13.812, publicada em 18 de março de 2019,

quanto a autorização de viagem é CORRETO afirmar que:

- a) sempre é necessária a autorização judicial;
- b) que nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar desacompanhado dos pais ou de responsáveis sem expressa autorização;
- c) É vedada a autoridade judiciária expedir alvará de viagem com validade superior a um ano;
- d) quando se tratar de viagem ao exterior a autorização judicial é indispensável, em qualquer circunstância;

17- Quanto ao direito à educação é CORRETO afirmar:

- a) que os dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar a prática de atos infracionais no interior das escolas;
- b) que os pais ou responsável não tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino;
- c) que os dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos, faltas injustificadas e de evasão escolar e elevados níveis de repetência;
- d) que no processo educacional não serão respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente;

18 - A venda de bebida alcoólica a criança e ao adolescente configura:

- a) Crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) Contravenção Penal;

c) Crime previsto no Código Penal;

d) Crime previsto no Código Civil;

19 - O professor de uma escola suspeitou, durante a aula, de que um de seus alunos, de doze anos de idade, estava sendo vítima de maus-tratos.

Nesse caso, o ECA determina que o caso seja obrigatoriamente reportado:

a) ao Ministério Público

b) ao conselho tutelar.

c) à autoridade policial mais próxima.

d) ao centro especializado de assistência social (CRAS/CREAS) mais próximo.

20 - Quanto ao ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao Conselho Tutelar, é INCORRETO afirmar que este órgão tem como princípios:

a) Os direitos e deveres (limites) da criança e adolescente sejam elencados pelos próprios pais, apoiados por este órgão;

b) Atender e aconselhar os pais e responsáveis na tutela ou guarda de seus filhos;

c) Atender e aconselhar crianças e adolescentes;

d) Participar de ações que combatam a violência, a discriminação no ambiente escolar, familiar e comunitário.

21 - Em relação ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa CORRETA.

a) As decisões do Conselho Tutelar deverão ser revistas ex officio pela autoridade judiciária.

b) O Conselho Tutelar é órgão transitório, vinculado ao Poder Judiciário, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

c) Em cada município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da Administração Pública local, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

d) São impedidos de servir no mesmo Conselho, dentre outros, marido e mulher.

22 - Sem prejuízo de outras providências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão:

a) investigados para identificar a corresponsabilidade da criança no caso.

b) primeiramente levados ao juiz da Vara da Infância e Juventude.

c) obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

d) encaminhados aos responsáveis para verificação do ocorrido com a criança.

23 - A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os seguintes itens.

I- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico da instituição de ensino.

II -Não é permitido à criança e ao adolescente contestar os critérios avaliativos da escola.

III - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Assinale a opção CORRETA:

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

24- De acordo com os artigos 15 e 16 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais conforme previsto na Constituição e nas leis.

Entende-se como direito à liberdade os seguintes aspectos:

- I. ter direito de opinar e de se expressar;
- II. brincar, praticar esportes e divertir-se;
- III. participar da vida política, na forma da lei;
- IV. buscar refúgio, auxílio e orientação.

Está CORRETO o contido em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) III e IV, apenas.

d) I, II, III e IV

25 - Uma candidata a membro do Conselho Tutelar de um determinado município apresentou em seu currículo os comprovantes dos seguintes dados:

- 1 – nascida no ano de 2000.
- 2 – Esta cursando pedagogia .
- 3 – residente no município vizinho, a apenas 15 quilômetros de distância.
- 4 – comprovada idoneidade moral.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa candidatura não pode ser formalizada em virtude:

- a) do item 2, apenas.
- b) dos itens 1 e 3, apenas.
- c) do item 1, apenas.
- d) do item 3, apenas.

26 - Durante uma aula vaga, alguns alunos iniciaram uma brincadeira de pichação nos muros e paredes da escola. Verificando a confusão, o inspetor de alunos colocou os envolvidos na brincadeira de castigo, impedindo-os de voltarem a assistir às aulas.

Segundo o art.18 do ECA, essa atitude do inspetor está:

- a) incorreta, porque deixou de zelar pela dignidade desses alunos.
- b) incorreta, porque os adolescentes deveriam ser encaminhados para a autoridade policial.
- c) correta, porque o inspetor deverá tomar as medidas necessárias para manter a ordem.
- d) correta, pois só se sentindo constrangidos os adolescentes respeitarão o espaço público.

27 - A Escola Municipal oficiou ao Conselho Tutelar comunicando a infrequência escolar da aluna Camila , 15 anos. No atendimento, o órgão de proteção apurou que Camila está grávida de 4 meses de seu namorado Jorge, 18 anos, e foi afastada da escola por sua mãe, Maria de Fátima, assim que a gravidez foi descoberta. Nessa hipótese, o Conselho Tutelar tem a atribuição de:

- a) advertir Jorge e seus pais para a necessidade de o jovem formalizar a união com Camila e reconhecer a paternidade do bebê;
- b) orientar a genitora Maria de Fátima quanto à obrigatoriedade de manter Camila frequentando regularmente a escola durante a gestação;
- c) oferecer representação disciplinar em face dos pais de Camila por omissão na vigilância e pela evasão escolar da adolescente;
- d) informar a Escola Municipal sobre a condição especial da jovem para que se providencie seu desligamento escolar e o trancamento da matrícula.

28 - De acordo com o artigo 54 da lei 8.069/90 ECA, é dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente, EXCETO:

- a) Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) Atendimento em creches e pré-escola à crianças de zero a seis anos de idade;
- c) Oferta de ensino noturno regular adequado às condições dos adolescentes;
- d) Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte,

alimentação, assistência à saúde e salário-educação;

29- Ao organizar a apresentação de final de ano da escola, alguns professores solicitaram ajuda do inspetor de alunos, durante as aulas livres, para os ensaios. Uma das alunas não participava de nenhum ensaio, pois, segundo ela, sua religião não permitia dançar. Essa aluna tem seu direito resguardado, de acordo com o art 16. do ECA, no que diz respeito à:

a) preservação da imagem, da identidade e da autonomia.

b) liberdade à crença e ao culto religioso.

c) igualdade de oportunidades no desenvolvimento de sua educação.

d) ser respeitada em suas aptidões.

30 - Um pai requereu à coordenação da escola que determinado livro didático e material escolar fossem adotados para a classe do seu filho. A escola negou o pedido e a coordenadora informou que a escolha do material escolar e do livro didático é de responsabilidade dos professores, que se pautam na proposta pedagógica da escola. Analisando essa situação à luz do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.o 8.069/90), pode-se afirmar que:

a) a escola errou ao não atender à solicitação do pai, pois este tem amparo na legislação para escolher o material escolar e o livro didático que deverá ser adotado pela escola.

b) a coordenadora errou, em parte, ao não atender o requerido, pois o direito do pai de escolher o livro didático não se estende à escolha do material escolar a ser utilizado na sala de aula.

c) a escola agiu acertadamente, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente não atribui aos pais o direito de escolher o livro didático e o material escolar a ser adotado pela escola.

d) aos pais é facultada a participação na escolha do livro didático e do material escolar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e cabe à escola atendê-los, quando manifestam interesse desde que seja antes do início do período letivo.